

LGBTFOBIA E RACISMO EM SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DO LIVRO MEUS PAIS E EU

João Elias da Cruz Neto ¹

RESUMO

A literatura pode representar diversos aspectos da realidade ao criar espaços ficcionais que nos permitem a percepção de toda a complexidade do tema que está sendo tratado. Neste artigo, nós analisamos as questões de LGBTfobia e racismo em sala de aula, abordadas no livro *Meus pais e eu*, de autoria de Deko Lipe, pertencente ao gênero infantojuvenil. O livro conta a história de uma adolescente negra de 13 anos, adotada por um casal homossexual masculino, que sofre preconceito por parte de alunos da escola de alto padrão onde passa a estudar por ser filha de dois homens e por causa da cor da sua pele. No trabalho, inicialmente falamos sobre questões de LGBTfobia e racismo na sociedade brasileira; em seguida, revisamos a teoria por meio dos ensinamentos de Guacira Lopes Louro (Gênero, Sexualidade e Educação), Djamila Ribeiro (Pequeno Manual Antirracista), Paulo Freire (Pedagogia da Tolerância), Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo de ensino fundamental (Língua Portuguesa), Antonio Candido (O Direito à Literatura) e João Alexandre Barbosa (Literatura Nunca é Apenas Literatura). Posteriormente, fazemos uma descrição e análise de como o livro retrata o assunto. Por fim, mostramos que a situação da adolescente chega ao conhecimento da direção da escola e a forma como a questão da intolerância é resolvida pode servir de modelo para outras escolas adotarem soluções semelhantes; já o livro pode servir de exemplo de conscientização em relação à diversidade sexual e de etnia que existe na raça humana.

Palavras-chave: LGBTfobia, racismo, escola, parâmetros curriculares, literatura.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a união estável entre pessoas do mesmo sexo somente se tornou possível em 2011, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que entendeu que existem outras formas de família e não apenas a família constituída por homem e mulher como é definida na Constituição Federal de 1988.

Já em maio de 2013, tornou-se possível o casamento, após o Conselho Nacional de Justiça editar a resolução 175 que veda às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Ainda não existe uma lei específica que criminalize a LGBTfobia no país, mas, em

¹ Mestrando em Estudos Literários na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e-mail: cruznetojoaoelias@gmail.com



2019, o STF aprovou a criminalização da homofobia e da transfobia, tipificando-as como um crime hediondo, inafiançável e com pena de dois a cinco anos para o agressor, da mesma forma que o racismo.

Apesar disso, os crimes não diminuíram. De acordo com o Relatório de 2021 do Grupo Gay da Bahia, houve 300 mortes violentas no Brasil em 2021 de LGBT+, um aumento de 8% em relação a 2020, sendo 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBT+ são assassinados: uma morte a cada 29 horas. E a maioria das vítimas eram pardas ou pretas.

O racismo é outro problema na sociedade brasileira. Durante mais de três séculos, a economia brasileira foi sustentada no trabalho escravo e as consequências da escravização em relação ao negro africano são percebidas ainda nos dias de hoje, embora já tenha passado quase 150 anos da abolição da escravatura. A pobreza, a violência e a discriminação que afetam os negros no Brasil são um reflexo direto de um país que normalizou o preconceito contra esse grupo e deixou-o à margem.

A sociedade brasileira foi construída com a concepção de que os brancos são superiores a todas as pessoas que tenham uma cor de pele diferente da sua e que, portanto, não merecem ocupar os mesmos lugares, o que faz com que quando uma pessoa de pele negra passa a ocupar espaços antes não permitido seja discriminada.

Os negros são maioria no sistema penitenciário, nas favelas e entre os desempregados; e minoria em cargos de liderança, em cursos de pós-graduação nas universidades e entre os mais ricos da população, por exemplo. Isso apesar de 56,4% da população brasileira declarar-se como preta ou parda.

A literatura pode representar diversos aspectos da realidade ao criar espaços ficcionais que nos permitem a percepção de toda a complexidade do tema que está sendo tratado e também aborda questões de LGBTfobia e racismo, ficcionalizando situações, envolvendo crianças, adolescentes e adultos.

Em *O avesso da pele*, por exemplo, Jeferson Tenório mostra o racismo sofrido pelo povo negro em toda a sua subjetividade, tanto em grandes violências, como na abordagem policial, até mesmo nas pequenas agressões diárias. Já em *Um milhão de finais felizes*, Vitor Martins conta uma história de amor em meio a conflitos familiares, por meio do personagem Jonas que acaba se apaixonando por outro garoto, apesar de ser pressionado pelas convenções sociais e pela família conservadora.

Neste artigo, vamos analisar especificamente o livro *Meus pais e eu*. Este é um trabalho de caráter descritivo que tem o objetivo de apresentar como as questões sobre LGBTfobia e

racismo são abordadas no livro. Para isso, seguimos os estudos teóricos de Guacira Lopes Louro, Djamila Ribeiro, Paulo Freire, Antonio Candido e João Alexandre Barbosa, entre outros, que vão servir de apoio para analisar as discussões expressas no livro.

LITERATURA E REPRESENTAÇÃO

O livro *Meus pais e eu* é de autoria do publicitário, ator e escritor baiano Deko Lipe e foi lançado em setembro de 2020. Deko também é criador de conteúdo da página no instagram Primeira Orelha, um espaço em que ele procura naturalizar todas as existências, falando sobre literatura infantil, infantojuvenil e com representatividade LGBTQIAPN+.

Ele já publicou contos em algumas coletâneas, como *Vozes nordestinas*, *Gordes – uma celebração aos corpos livres*, *Histórias coloridas para dias especiais*, *Amores de outrora* e *Vejo cores em você* e alguns dos seus contos já foram traduzidos para o inglês. Em 2022, Deko lançou o livro infantil *O brincoder de Pepe*.

Meus pais e eu é um desdobramento do conto O Dia em que conheci o Natal, que foi lançado em 2018 e se tornou prólogo do livro. A obra dá prosseguimento à história de Clarinha, uma adolescente negra de 13 anos que vive em um lar para crianças abandonadas desde os seis anos e, finalmente, é adotada, no período do Natal, por um casal homossexual masculino. Ao estudar em uma escola de alto padrão, a adolescente sofre preconceito por ser filha de um casal homossexual e por causa da cor da sua pele. No prefácio do livro, Razoni (2020) ressalta que

Em “Meus Pais e Eu” o leitor sentirá, através dos olhos da personagem, o que significa um “lar” e como a família vai muito além do que sempre foi estabelecido, sentirá como a vida às vezes pode ser dura, mas também miraculosa e o que importa é o que fazemos com tudo isso. Com a representatividade que a sociedade precisava – seja para crianças, jovens ou adultos -, Deko quebra inúmeros tabus, traz personagens profundos e maravilhosos de forma leve, além de nos fazer chorar, sorrir e aprender que o bem mais precioso que alguém pode transmitir para aqueles a sua volta é o amor. (RAZONI, 2020, p. 7)

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental (Língua Portuguesa), o texto literário constitui uma forma peculiar de representação e estilo em que predominam a força criativa da imaginação e a intenção estética.

Não é mera fantasia que nada tem a ver com o que se entende por realidade, nem é puro exercício lúdico sobre as formas e sentidos da linguagem e da língua (...). Pensar sobre a literatura a partir dessa relativa autonomia ante outros modos de apreensão e interpretação do real corresponde a dizer que se está diante de um inusitado tipo de diálogo, regido por jogos de aproximação e afastamento, em que as invenções da linguagem, a instauração de pontos de vista particulares, a expressão da subjetividade podem estar misturadas a citações do cotidiano, a referências indiciais e, mesmo, a procedimentos racionalizantes. Nesse sentido, enraizando-se na imaginação e construindo novas hipóteses e metáforas explicativas, o texto literário é outra



forma/fonte de produção/apreensão de conhecimento. (BRASIL, 1998, p. 26/27)

Por meio da linguagem, a literatura reconstrói momentos que podem ter como base o real, apresentando situações que, apesar de não terem ocorridos realmente, estão imbricadas de realidade e é facilmente perceptível pelo leitor. Candido (2011) explica que a literatura não é uma experiência inofensiva e tem papel formador da personalidade.

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CANDIDO, 2011, p. 178/179)

Já de acordo com o professor titular de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo, João Alexandre Barbosa (1994), na literatura há História, Psicologia, Sociologia.

Há sempre mais que literatura na literatura. No entanto, esses elementos ou níveis de representação da realidade são dados na literatura pela literatura, pela eficácia da linguagem literária. Então, entre esses níveis de representação da realidade e sua textualização, seu aparecimento enquanto literatura, há um intervalo – mas é um intervalo, como na música, muito pequeno e que é preciso ser muito rápido para perceber. (BARBOSA, 1994, p. 23)

No livro *Meus pais e eu*, por exemplo, podemos perceber diversas questões que são tratadas, como a adoção tardia, a situação dos lares para crianças abandonadas, as relações familiares, além de a LGBTfobia e o racismo que são analisados especificamente nesse artigo.

MEUS PAIS E EU: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

O primeiro capítulo do livro começa após Clarinha ser adotada pelo casal homossexual masculino Bruno e Pedro. A narradora é a própria Clarinha. A primeira situação de discriminação ocorre no clube que ela passa a frequentar e é manifestada por uma menina que sempre a menospreza nas brincadeiras por causa da cor da sua pele, o que termina em confusão. O pai da menina acaba intervindo e reage, questionando: “Quem é a pessoa responsável por essa negri...Digo, por essa criança?”(p. 34). Nisso, o pai de Clarinha, reage:

Ela é nossa filha. E, mesmo que não fosse, vocês deveriam ensinar a sua, desde pequena, que racismo é crime e que todas as pessoas são iguais e merecem respeito, independentemente de cor, raça, credo, status social e gênero (...). Clarinha tem família e ela não está sozinha. Se mais alguém ousar incitar qualquer ofensa a ela por ser negra irá se resolver comigo na justiça! (LIPE, 2020, p. 34)

Nesse trecho, o pai de uma criança branca tenta rebaixar a outra somente por causa da cor da pele dela, chamando-a de “negrinha”, mas recua e conserta seu erro. Devido a essa situação, um dos pais de Clarinha faz um discurso contra o racismo e cita a justiça como um local para resolver esse problema já que desde 2019 o racismo pode ser tipificado como crime, conforme ressaltamos anteriormente.

Na escola de alto padrão em que passa a estudar em Salvador, uma estudante ao se deparar com ela, afirma “esse colégio já foi bem mais frequentado” (p. 47) e, ao vê-la responder, completa: “Você se defende ou suas mães, Clarinha?” (p. 47). Ou seja, a estudante tenta desclassificar não por algo errado que ela tenha feito, mas, simplesmente, por causa da cor da sua pele e por ter como pais um casal de homossexual masculino.

Outro dia, após voltar do recreio para a sala de aula, Clarinha encontra um desenho com dois homens se beijando e uma criança dentro do cesto de lixo, em que está escrito “minha família”. A professora, então, percebe a gravidade da situação e a encaminha para a coordenação. Já a coordenadora diz que convocará os pais dela e os responsáveis pela outra estudante para uma reunião e diz: “A culpa nunca é de quem sofre a intolerância e o preconceito, mas sim de quem os pratica” (p. 54).

Na reunião, os pais de Clarinha cobram uma atitude da coordenação e o pai Pedro fala:

Estudei aqui quase minha vida toda e tenho essa escola como referência para os estudos da minha filha. Confesso que estou extremamente decepcionado com a postura dessa menina. Como pode alguém perseguir uma pessoa por conta da sua cor? E tentar usar a sua família de forma pejorativa por não estar dentro de um padrão? Espero que sejam tomadas as devidas providências para que isso não se repita mais, nem com ela, nem com ninguém. (ibidem, p. 62)

Ao ser informada que a filha vai sofrer punição, a mãe da estudante acusada, responde: “Um absurdo! Por essas e outras que isso daqui está uma zona! Qualquer um estuda. Vai punir a minha filha por uma brincadeira de jovem? Francamente!”(p. 62). Ao que a coordenadora declara:

Senhora, o colégio não admite nenhum tipo de intolerância e preconceito. Todos são bem-vindos independente de raça, credo e orientação sexual. Prezamos a idoneidade do ser humano e não o que eles são ou deixam de ser. Não será admitido que esse ato passe ileso. A sua filha será punida, sim (...). Juliana terá dois meses para pesquisar e apresentar um trabalho falando sobre intolerância, preconceito racial e homofobia para toda a escola. Acreditamos que a punição em forma de trabalho de pesquisa é a mais precisa no que diz respeito à “falta de instrução da família sobre o assunto com os filhos”. (ibidem, p. 62/63)

Nesse trecho, percebemos que a mãe da estudante acusada tenta minimizar a discriminação, dizendo que foi apenas uma “brincadeira”, mas o pai de Clarinha cobra da direção providências rígidas para que a situação não volte a se repetir. A coordenadora, então, decide por uma punição educativa para resolver a situação.

A coordenadora, ainda, enviou um comunicado para todos os responsáveis dos alunos e também fez publicações nas redes sociais da escola informando o posicionamento da instituição sobre o assunto. Depois disso, a estudante deixou de perseguir Clarinha. Outra atitude da escola foi trabalhar o tema “preconceito e intolerância” em sala de aula, por meio de um concurso de contos.

Em um dos capítulos posteriores, a narradora da história é Juliana, a estudante que cometeu o preconceito contra Clarinha. E ela cita algumas de suas falas, que não foram transcritas anteriormente no livro, mostrando claramente seu preconceito tanto racial quanto de gênero: “...dois homens claramente gays. Desde a roupa às gesticulações para falar” (p. 83); “...pretinha que está acompanhada de dois viadinhos...” (p. 84); “...jeito espalhafatoso” (p.84); “...parece a filha da empregada...” (p. 84). Comentando com o seu primo que a repreende, Juliana diz: “...cuidado para você não virar gay que nem eles” (p. 84).

Já conversando com suas colegas da escola, comenta: “Ela é filha de dois homens”(p. 86); “Será que ela é lésbica?” (p. 86), questiona uma delas; e ela responde “...não pode ser normal tendo dois pais” (p. 86). Já a outra colega, comenta: “Não quero nem que ela toque em mim. Vai que isso pega?” (p.86).

Juliana, também, comenta que sempre ouvia sua mãe dizendo que tinha que “ser forte e melhor do que todas sempre” (p. 93) e que homossexuais e pessoas negras são inferiores e “que é por isso que pessoas negras estão sempre nos servindo” (p. 93).

Nesses trechos, narrados pela própria estudante que cometeu a discriminação, fica bem mais claro o preconceito enraizado dentro dela e que suas colegas da escola compartilham de ideias semelhantes. Percebemos, ainda, que sua mãe também é preconceituosa e sempre incutiu na filha sua própria discriminação.

Esse não é um caso específico da ficção. Práticas racistas são comuns na sociedade brasileira. Para citar apenas, um caso, em setembro de 2022, uma estudante do curso de Direito de uma universidade particular de Feira de Santana, no interior da Bahia, postou comentários racistas em sua rede social e, devido à repercussão do caso e o protesto de outros estudantes, acabou sendo expulsa.

Analisando o livro, percebemos que, apesar de focar as questões em um ambiente escolar, o racismo e a LGBTfobia está presente em diversos espaços na história e que as situações envolvem adolescentes e adultos que demonstram o seu preconceito.

Djamila Ribeiro (2019) ressalta que há quem seja abertamente racista na nossa sociedade e manifeste sua hostilidade contra grupos sociais vulneráveis nas mais diferentes

formas, mas é preciso notar que o racismo é algo tão presente que muitas vezes passa despercebido. E como uma das atitudes que podem ajudar as novas gerações, ela sugere

garantir que a escola dos seus filhos aplique a Lei n. 10639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira. Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades. (RIBEIRO, 2019, p. 19)

De acordo com o relatório Todos Pela Educação 2021, analisando dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que realiza um diagnóstico da educação básica brasileira, apenas 48% das escolas tinham projetos com a temática sobre as relações étnico-raciais/racismo. Em relação à LGBTfobia, esse percentual é ainda menor, 28%.

Isso apenas demonstra o quanto é necessário que essas questões sejam mais debatidas na escola e que mais projetos sejam realizados com temática antirracista e contra a LGBTfobia. E, de acordo com Louro (1997), a escola deve ser agente nessa mudança.

Se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também *fabrica* sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO, 1997, p. 85/86)

É necessário que as escolas tenham projetos que tratem dessas questões para que as futuras gerações sejam mais tolerantes com os diferentes do que é proposto para todos como um modelo único de vida. Afinal, quando uma pessoa respeita a outra, apesar das diferenças, ela está aprendendo a ser tolerante. E, de acordo com Paulo Freire (2020), a tolerância é a qualidade de conviver com o diferente, não com o inferior.

O que a tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opiniões, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por me ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente. A algo que me parece fundamental e até prévio em qualquer indicação da tolerância é que ela é uma instância da existência humana. Só entre homens e mulheres, seres finitos e conscientes de sua finitude, seres que, por natureza, são substantivamente iguais, é que se pode falar em tolerância ou intolerância. Não é possível conjecturar em torno da tolerância entre tigres ou entre mangueiras e jaqueiras. É nesse sentido que a tolerância é virtude a ser criada e cultivada por nós enquanto a intolerância é distorção viciosa. (FREIRE, 2020, p. 25)

O que Paulo Freire sugere é uma pedagogia por respeito às diferenças, que se aprenda a conviver com o diferente, mesmo que seu modo de vida seja diferente ao da maioria. E que nós



podemos aprender a ser tolerante porque somos seres humanos e temos consciência, diferentemente dos outros animais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No livro *Meus Pais e Eu*, percebemos claramente a questão da LGBTfobia contra uma família que sofre preconceito apenas por ser formada fora dos padrões impostos pela sociedade e também a questão do racismo contra uma adolescente apenas por causa da cor da sua pele. A adolescente, que é atacada diretamente, nada fez para sofrer tal discriminação. De acordo com Crochik (1996),

O preconceito se caracteriza por um conteúdo específico dirigido ao seu objeto e por um determinado tipo de reação frente a ele, em geral, de estranhamento ou de hostilidade. Ao conteúdo podemos chamar de estereótipo, cujo significado inicial pode ser remetido à máquina de reproduzir tipos utilizada pela imprensa, que deve portanto reproduzir fielmente as letras, mas que passou a ganhar o sentido também daquilo que é fixo, imutável. No caso do preconceito, é neste último sentido que ele deve ser entendido. (CROCHÍK, 1996, p. 49)

A literatura evidencia o preconceito que está presente na sociedade, mas apresenta uma situação por inteira, com início, meio e fim, mostrando forma de como lidar com as questões discutidas. Assim, a situação vivida pela adolescente em *Meus pais e eu* pode servir como modelo para outras escolas adotarem soluções semelhantes; já o livro pode servir como exemplo de conscientização em relação à diversidade sexual e de etnia que existe na raça humana.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, João Alexandre. *Literatura Nunca é Apenas Literatura*. São Paulo: **FTD**, 1994.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental (língua portuguesa)*. – Brasília: **MEC/SEF**, 1998.

CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 5ed. Rio de Janeiro: **Ouro sobre Azul**, 2011.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito, Indivíduo e Sociedade. In: **Temas em Psicologia**, vol.4, no.3, p.47-70, dez, 1996

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Tolerância*. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2020.

Grupo Gay da Bahia. **Mortes Violentas de LBBT+ no Brasil - Relatório 2021**. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>>. Acesso em: 20 set 2022.



LIPE, Deko. Meus Pais e Eu. Rio de Janeiro: **Se Liga**, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis (RJ): **Vozes**, 1997.

RAZONI, Wanderson. Prefácio. In: LIPE, Deko. Meus Pais e Eu. Rio de Janeiro: **Se Liga**, 2020.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2019.

Todos Pela Educação. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf>. Acesso em: 21 set 2022.